

Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX

María Verónica Secreto
Universidade Federal do Ceará

“Para acolhimento, alistamento, e embarque dos emigrados foram expedidas instruções de acordo com as exigências de tão difícil trabalho... instruções que, antes de tudo, colocavam o emigrante cearense acima da condição de mendigo vagabundo, dando-lhe o caráter de trabalhador deslocado por circunstâncias superiores.”

Relatório Ministério de Negócios do Império, 1889, p. 102

“Quem não teve ainda a desventura de assistir a partida de alguns exilados, que imagine das amarguras e saudades que, esmagam e torturam a alma e o coração dos infelizes que abandonando a família, os parentes, os amigos, os penates, a terra do berço e de seus pais, vêm após de si tudo que ha de mais caro na vida, e adiante... a solidão do oceano...”

O Cearense, 25.11.1888

RESUMO

Nas conjunturas de 1877-1879 e 1888-1889, períodos de seca no nordeste brasileiro, implementou-se, entre as políticas públicas de Socorros, um sistema de emigração para os pobres-livres-flagelados ou simplesmente retirantes, com passagens subsidiadas. Grande número de cearenses emigraram nestas circunstâncias para o Norte (Amazônia) e o Sul (São Paulo).

PALAVRAS CHAVES

Trabalhadores; passagens subsidiadas; empresas de navegação.

ABSTRACT

During the drought times, 1877-1879 and 1888-1889, in Northeast Brazilian, some different public measures began to be applied to help the people affected by this phenomenon, the so called flagelados or retirantes. One of those measures was the subsidiary passage. A great number of Cearenses migrated to the North (to the Amazon) or to South (São Paulo).

KEY WORDS

Workers; subsidiary passages; navigation enterprises.

A Independência no Brasil não implicou mudanças no regime de trabalho que se manteve majoritariamente escravo. Desde o início, considerou-se a abolição da escravidão como uma medida arriscada para a jovem nação. Não obstante nunca se deixou de cogitar que esta instituição teria um fim, que a classe proprietária tentou prolongar pelo maior tempo possível. Em meados do século XIX, quando a Lei Eusébio de Queiroz limitou a escravidão estancando o tráfico, iniciou-se uma longa discussão sobre as possibilidades de “substitutos” para o trabalhador escravo. O trabalhador que viesse “substituir” o escravo deveria cumprir os requisitos de abundância e baixo preço. A abundância, em grande medida, garantiria o baixo preço do trabalho.¹

Peter Eisenberg chamou a atenção para o problema da “transição” entre trabalho escravo e trabalho livre. Propôs entender essa questão a partir das continuidades. Pensou a abolição da escravidão como um processo longo, que se estende por quase todo o século XIX, desde sua primeira década até 1888, quando não houve “conversão dramática” através da qual o escravo desaparecesse e surgisse em seu lugar um outro trabalhador, o trabalhador livre.² É desta forma que será entendida a transição no presente trabalho.

O trabalhador imigrante apresentou-se como uma alternativa, sobretudo nas últimas décadas do século XIX, porque cumpria com os requisitos mencionados: era barato e abundante. A Europa estava despejando trabalhadores nas costas americanas. Só faltava um fator que atraísse esses potenciais trabalhadores para o Brasil, desviando-os dos destinos privilegiados. Os incentivos poderiam ser diretos ou indiretos. Indiretos: criar condições de imigração suficientemente atrativas para que estes, “espontaneamente”, se dirigissem ao Brasil. Diretos: subvencionar as passagens e realizar um recrutamento ativo na Europa Meridional. Cada uma das formas de atrair imigrantes dava lugar a duas correntes de opinião sobre imigração diferentes: a dos defensores da imigração espontânea e a dos da imigração artificial, respectivamente.

Outra das possibilidades cogitadas pela classe proprietária e por alguns intelectuais, era a do trabalhador nacional. Considerou-se a viabilidade de converter o amplo setor de subsistência em trabalhador dependente do mercado. É sobre esse trabalhador que trata este artigo.

O grande problema que encontraria a classe proprietária a seu respeito seria a dispersão do setor no amplo território brasileiro, principalmente como agregados ou moradores, ainda quando eles não se considerassem em tal condição.³ “Na realidade um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de proprietários de terra”.⁴ É conhecida a afirmação de Furtado que diz que, no fim do

século passado, já existia no Brasil um “estoque” de mão-de-obra que o leva acreditar que, se não tivesse sido possível uma solução para o problema da mão-de-obra para a lavoura cafeeira com imigrantes europeus, outra solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Furtado sustenta esta afirmação no cálculo dos 500.000 trabalhadores mobilizados, entre 1872 e 1900, do Nordeste para a região amazônica, na exploração da borracha. Não obstante, diz o mesmo Furtado, prevaleceu no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, que se explica pelo poder político dos **grupos** cujos **interesses** seriam prejudicados.

Esses grupos atuaram no Ceará a partir de 1877 entre o *temor* e a *necessidade econômica*. Entre o temor das multidões de flagelados aglomerados nos centros urbanos, nos períodos de seca, e a necessidade de dispor de um exército de reserva abundante que garantiria uma mão-de-obra barata.

O deslocamento de trabalhadores do Nordeste para outras regiões, especificamente para o Sudeste, vinha acontecendo há tempos. É bem conhecido o fenômeno do comércio interprovincial de escravos entre as estagnadas ou decadentes regiões produtoras de açúcar e as pujantes produtoras de café. Mas, no triênio 1877-1879, anos de dura seca, o Nordeste, no seu conjunto, e o Ceará, em particular, experimentou-se outro tipo de deslocamento de trabalhadores: o dos pobres-livres-flagelados. A classe proprietária tomou a decisão de abrir uma exceção - temporária - ao controle desse reservatório de mão-de-obra e a disponibilizou para outras oligarquias regionais.

No final do século XIX - em 1877-1879 e 1888-1889 -, para mitigar o horror que causava a essa classe dominante a presença dos flagelados, esfarrapados, famintos, sujos e doentes, foi organizado um sistema de migração com passagens subvencionadas pelo Império. Os destinos ofertados para os trabalhadores foram São Paulo, Pará, Maranhão e Amazonas. Os três últimos foram os mais procurados, talvez porque os migrantes pensassem que estes destinos permitiriam um retorno mais fácil.

Não se tratou de migração espontânea. As passagens dos trabalhadores nordestinos foram pagas pelo poder público: os Ministérios de Agricultura e do Império custearam as passagens dos emigrados. Os que foram destinados a São Paulo, uma vez chegados ao porto de Santos, foram internalizados nas fazendas cafeeiras através dos mecanismos montados para internalizar os trabalhadores imigrantes: Hotel de Imigrantes, passagens da Estrada de Ferro, contratos antecipados.⁵

Provavelmente foi o medo da multidão que levou a classe dominante cearense a abrir as comportas do fluxo migratório. A multidão se fazia presente na cidade de Fortaleza “invadindo” todos os cantos e se tornando

omnipresente. No contexto das secas nordestinas, e especificamente no Ceará, “as multidões atuam estrategicamente”. Depois de março, as plantações perdidas, o gado doente, morto ou transferido para áreas úmidas, muitas pessoas pensando em escapar começam a marchar para o litoral. Com a movimentação dos retirantes, a procura de proteção e assistência, os focos de conflito se multiplicam. Começa o que Frederico de Castro Neves chama de “negociação”: a aglomeração de pessoas à espera de solução é o principal argumento e, ao mesmo tempo, o mais poderoso meio de pressão que os retirantes trazem para o cenário da negociação. A fome: a motivação essencial.⁶ Entre as “coisas” para negociar, entravam as passagens, que muitos retirantes pretendiam conseguir para fugir da fome: em Novembro de 1888, Luis da França Noronha, casado com Maria Alves Maia, com quatro filhos menores e sua sogra que, por sua vez, tinha três filhas moças e um filho menor, declarando faltar-lhe os meios de subsistência, requer emigrar para São Paulo. Declarava estar em condições de merecer do Governo Imperial a “esmola” da concessão da passagem para ele e sua família.⁷

A oligarquia cearense viu-se na incômoda situação de ter que optar entre a abertura para a saída de trabalhadores – inclusive, organizar essa saída – e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de circulação de trabalhadores através de um dispositivo de regulação da mobilidade pessoal. Durante quase todo o século XIX, existiram mecanismos de controle da circulação da população pobre, que se intensificam a partir de meados do século. O projeto de repressão à ociosidade, apresentado quase simultaneamente com a abolição da escravidão, reconhecia duas condições elementares para definir o delito de vadiagem: o hábito e a indigência. A perseguição da vadiagem só pode acontecer de forma sistemática como complemento da formação do mercado de trabalho livre. É um dos instrumentos disciplinares para a mão-de-obra. Por isso, no Brasil, se faz freqüente a perseguição de vadios e ébrios após a abolição.⁸ Coloca-se o problema da mão-de-obra junto com o da ordem social, nos termos de levar o liberto a vender sua força de trabalho. Esta questão apresentava, segundo Chalhoub, duas dimensões: por um lado, uma prática que visava propor medidas que obrigassem o potencial trabalhador a vender sua força de trabalho e, por outro, a revisão de conceitos e de valores que construísssem a ética do trabalho.

Exemplo da contradição, em que operou a classe proprietária e dirigente no Ceará, é o movimento da abolição e a criação de associações como a *Sociedade Cearense Libertadora*, que, a partir de dezembro de 1880, tentou frear a perda de trabalhadores escravos para outras províncias. É possível ver o movimento abolicionista como uma forma de conter, depois

de três anos de perdas, o fluxo de trabalhadores para fora da província do Ceará. Mudar seu estatuto jurídico antes de perdê-los fisicamente. As motivações dos próprios escravos e de outros setores da população que participaram ativamente eram evidentemente diferentes.

Na seca de 1877-1879, diz Evaldo Cabral de Melo, “a exportação de escravos que fora em média de 800 por ano durante o triênio 1874-1876, subia a cerca de 2.000 durante os três anos de estio”. Por outra parte, nesse período, as províncias cafeeicultoras aumentavam a produção e as exportações do produto. Conseqüentemente acentuava-se o desequilíbrio regional que o Governo Imperial tentava minguar colocando novamente, na pauta das discussões, a questão do fim do tráfico interprovincial. Quando o tema tinha sido tratado na década de 1850, a bancada nortista era a interessada em pôr fim ao tráfico interprovincial de escravos. Na década de 1870, os parlamentares que apresentaram projetos nesse sentido foram de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro (também houve um representante gaúcho que apresentou projeto, mas este teve intenções emancipacionistas). O que temiam os representantes do sul era que se produzisse uma cisão Norte-Sul, no sentido de províncias anti-escravistas e províncias escravistas, respectivamente. O consenso sobre a manutenção da escravidão devia manter-se em todo o Império.⁹

A década de 70 constituiu um momento de inflexão no debate da questão da mão-de-obra. Nessa década, sancionaram-se a Lei do Ventre Livre, de 1871,¹⁰ e a lei de locação de serviços de 1879, que não tinha por finalidade atrair imigrantes, mas disciplinar os existentes; e realizaram-se os dois Congressos Agrícolas, o do Rio de Janeiro e o de Recife, em 1878. No final da década, os preços nominais dos escravos atingiram o maior preço no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. O clima de década foi de busca de alternativas ao trabalho escravo.

No congresso agrícola do Rio de Janeiro, foi levantado o problema da falta de braços. Já no Congresso organizado em Recife, negou-se que houvesse falta absoluta de braços, e sim falta relativa. Aqueles que negavam que faltavam braços no Nordeste fizeram-no em vista da conjuntura de 1878, quando milhares de sertanejos, flagelados pela grande seca de 1877-1879, invadiram a Zona da Mata. “Mas a mera presença dos flagelados não era o bastante para a grande lavoura aproveitá-los; era preciso ainda transformá-los em braços disponíveis para o trabalho nos engenhos.”¹¹ A conjuntura particular expunha uma prática corriqueira entre os sertanejos, a da sazonalidade: migravam durante a seca para a parte ocidental da Zona da Mata e voltavam para suas roças com as primeiras chuvas; ou, mais genericamente, emigravam para o litoral e as zonas úmidas durante as secas e voltavam para suas roças

quando as chuvas permitiam retornar ao cultivo de subsistência.

Aqui entramos num tema crucial da história do trabalho, a disjuntiva de trabalhar para si ou trabalhar para outro. O retorno às roças, com as primeiras chuvas, é a clara expressão da negação de trabalhar para outro; ou, se se quer, a preferência de trabalhar para si. Mas nem todos os flagelados tinham suas próprias roças; nem todas as províncias tinham zonas de matas. Muitos retirantes eram despossuídos. Sobre esses pretendiam operar os proprietários nordestinos reunidos no Congresso Agrícola, propondo uma série de medidas restritivas e repressivas que o Estado devia tomar, tendentes a conduzir (coagir) os homens livres ao engajamento na grande lavoura. Sobre este grupo de homens também atuaria o poder público através dos Socorros Públicos e da condução para fora da província do Ceará.

No Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, houve um certo consenso, não só de que o trabalhador nacional era uma das alternativas para resolver a “falta de braços”, mas também de que a coerção era o meio para fazer com que este se encaminhasse ao mercado. “Quem identificava a ociosidade como resultado da falta de repressão apelou para a ‘correção e polícia que moralize e sujeite ao trabalhador à classe jornaleira’. Muita gente pediu uma maior repressão da vagabundagem, ‘uma boa lei de locação de serviços’.¹²

No terceiro quartel do século XIX, o preço do café se recuperou, enquanto o do açúcar continuou baixo, criando-se forte pressão para transferir mão-de-obra de um setor para outro. O presidente da província de São Paulo, em relatório anual, afirmava que não era o colono estrangeiro o único trabalhador livre possível. Lembrava que muitas famílias nacionais trabalhavam nas fazendas, nas mesmas condições contratuais que os estrangeiros. À imigração reservava o papel de “pedagoga”: graças ao bom exemplo, outras pessoas livres agora queriam ser contratadas para realizar trabalhos rurais nas fazendas, fato que, segundo ele, antes era inexistente. Como exemplo do sucesso deste modelo, citava o caso das 63 famílias nacionais que trabalhavam para Luiz Antonio da Silva Fidalgo, de São José do Parahyba, com contratos de parceria.¹³

A emigração de nordestinos é um fenômeno social recorrente na história do Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Não seria errado pensar no Ceará como “provedora de trabalhadores”, cujos capítulos mais conhecidos são o fluxo rumo à bacia amazônica e aquele que se dirigiu ao sul, mais especificamente a São Paulo.¹⁴

SECA, ALIMENTAÇÃO E DEMOGRAFIA

O binômio seca/emigração é indissociável. Cada crise agrícola é

seguida por uma onda de retirantes/emigrantes que saem dos sertões em direção ao litoral e deste, às vezes, para fora do Ceará, em busca de melhores condições de vida. Assim, a emigração reitera os mecanismos universalmente conhecidos: fatores de expulsão e de atração. Como causa da saída, podemos dizer que está a seca desnudando motivos mais profundos que se relacionam com a questão agrária, mas que, no momento da falta de chuvas, se apresenta como uma crise agrícola. Mas devemos salientar que não é um fenômeno natural o que ocasiona a saída, mas social.

Segundo Mike Davis “a seca é o duelo entre a natural variabilidade de chuva e as defesas hidráulicas da agricultura (...) qualquer seca com um impacto agrícola importante resulta de dois processos, que operam em diferentes temporalidades”; refere-se à seca meteorológica, que é a diminuição da quantidade de chuva, e à seca hidrológica, que acontece quando o sistema de abastecimento de água é insuficiente para salvar a safra. “A seca hidrológica tem sempre uma história social”, afirma.¹⁵ Um jornal no período de seca de 1888-1889 falava em dupla crise: uma produzida por fenômeno meteorológico e outra de ordem governamental.¹⁶

Uma pergunta se impõe: como é possível que uma sociedade que passa periodicamente por fortes baixas demográficas, decorrentes da mortandade provocada pelo círculo vicioso falta de defesas hidrológicas-seca-fome-epidemias, seja a “provedora de trabalhadores”? A resposta está num processo anterior: o de internalização do sertanejo e na capacidade alimentar da pecuária, embora a pecuária não seja a panacéia descrita por Capistrano de Abreu, já que destrói o frágil equilíbrio ecológico.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO CEARÁ ENTRE 1775 E 1870

Períodos	Habitantes	Crescimento anual
1775 a 1810	82.000	2.754
1810 a 1813	139.840	2.963
1813 a 1819	175.227	8.647
1819 a 1835	220.585	2.426
1835 a 1857	363.776	10.761
1857 a 1869	495.771	8.228

Na medida em que a economia açucareira se estagnava, o homem do litoral penetrou os sertões, onde havia terra abundante e o gado se multiplicava rapidamente (existe uma maior elasticidade a curto prazo do gado em relação a agricultura). Como a produção de gado tinha como seu

principal mercado a sociedade do litoral, quando esta entrou em crise, a pecuária transformou-se em atividade de subsistência. Diz Furtado que, quando uma região de agricultura de exportação é afetada pela baixa do preço do produto que exporta, no caso do litoral nordestino, o açúcar, a alimentação torna-se pior, mais deficiente. Isto pode acontecer por dois motivos: porque, para compensar as perdas, cultivava-se uma área maior, que inclui terras que antes eram destinadas a mantimentos, ou porque a capacidade de importar alimentos diminuiu. Já nas áreas pecuárias, a perda de mercado não afeta a oferta de alimentos, que acaba sendo melhor que na região agrícola. Por isto, a população do Nordeste, principalmente nos sertões, cresceu no século e meio de estagnação da produção açucareira.

AS DATAS DAS MAIS GRAVES SECAS

Século XVIII

Século XIX

1710-1711

1808-1808

.....

1816-1817

1723-1727

1824-1825

1736-1737

.....

1744-1745

1844-1845

1777-1778

1784

1790-1793

Fonte: Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, *Ensaio Estatístico da província do Ceará*, Tomo 1, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, (ed. fac-similar)

As linhas anteriores contradizem em grande medida as afirmações de Gilberto Freyre, para quem a população mais bem alimentada durante a colônia, e ainda no Império, era a composta por senhores e escravos, e os piormente alimentados eram os homens pobres livres. Igualmente relativiza as deficiências da alimentação no período colonial ao ponto de dizer que “senhores e escravos que se consideramos bem alimentados ... é apenas em relação aos matutos, caipiras, caboclos, agregados e sertanejos pobres”.¹⁷ Responsabiliza a monocultura pela pobreza alimentar; e, neste ponto, podemos aproximá-lo das afirmações de Furtado. Provavelmente, no litoral, os piormente alimentados eram os pobres livres; mas parece que esta afirmação não pode se estender a todos os ecossistemas brasileiros.

Frandrín e Montanari afirmam que a carne, alimento tradicional, constitui o critério para estabelecer o nível de vida da população, sendo que a tendência à diminuição ou elevação da taxa de consumo é considerada muito significativa. Esses autores dizem que, em 1938, é possível distinguir alguns países grandes consumidores de carne, cuja ração diária por pessoa é de 100 a 200 gramas, como os Estados Unidos, os países da Europa não mediterrânea e alguns países da América do Sul, produtores de carne.¹⁸

Embora, como dizem os autores, devamos rejeitar a imagem estereotipada de uma pretérita cozinha pobre mais saudável, simples e natural, já que “a realidade do mundo que perdemos é mais prosaica, era comum a má nutrição, subalimentação e avitaminose”, podemos considerar a alimentação do sertanejo como “suficiente” para dar conta do crescimento populacional acontecido entre o fim do século XVIII e o fim do XIX. Carne, farinha de mandioca, rapadura e cachaça, às vezes feijão e milho, dariam conta de um nível médio de calorias razoável (o nível médio de calorias diárias desejável é de 2.800).

Ao analisar a tendência de constituição de uma dieta na Europa, Flandrin e Montanari encontraram que, salvo algumas diferenças na estrutura da ração alimentar, às vezes devido a tradições, esta dieta indica uma tendência. No primeiro momento, que culmina no final do século XIX, o aumento calórico está representado por meio de cereais, batatas e outros produtos ricos em fécula. No segundo momento, parte desses alimentos são substituídos por alimentos ricos em proteínas animais, que fornecem calorias mais ricas.

A má qualidade dos alimentos e o equilíbrio instável marcaram todas as sociedades do Antigo Regime. A escassez de víveres provoca uma elevação da taxa de mortalidade porque geralmente vem acompanhada de catástrofes ecológicas, epidemias, etc, que não representam episódio excepcional; é necessária uma adversidade natural, como seca, enchente, ou geadas, para quebrar o equilíbrio do autoconsumo.

Evidentemente, o autoconsumo da economia camponesa sertaneja deixava uma margem muito restrita de armazenamento de alimentos. Em períodos de chuvas regulares, a alimentação do sertão era boa e relativamente equilibrada, se comparada com uma alimentação de Antigo Regime: proteínas da carne e amidos provenientes da mandioca e do milho, calorias de pior qualidade obtidas do açúcar e da cachaça.

Podemos considerar que, apesar de exageradas as conclusões otimistas de Furtado, sobre a capacidade alimentar da economia pecuária e, portanto, da carne, a população dos sertões estava suficientemente bem alimentada para sustentar um crescimento demográfico considerável; somente quando

crises agrícolas, decorrentes das secas periódicas, vinham alterar esta situação. Assim a condição inicial necessária a toda imigração, que é a de uma população abundante, estava assegurada. O outro elemento que sobredimensionava essa população, ao ponto de torná-la “população excedente”, era a seca e junto com ela a migração para as cidades do litoral, o que gerava os quadros de aglomeração nas cidades do Nordeste.

NORTE OU SUL

Como afirmávamos, no Ceará, depois de março, se as chuvas não se fizeram presentes e estando as plantações perdidas e o gado doente ou morto, os agricultores marcham para o litoral. A presença dos retirantes na cidade inicia as negociações, o pedido de “socorros”: comida, roupa, assistência médica, passagens.

O modelo de emigração, que incluía as passagens subvencionadas para outras províncias do Império, teve opositores locais. A imprensa, através do Jornal *O Cearense*, fez uma campanha de oposição: primeiro em 1877-1879 opõe-se à imigração para o Norte e depois, em 1888 – 1889, opõe-se à imigração para o sul. É que o destino dos emigrantes foi uma das duas questões mais polêmicas. A outra, que antecede a esta, é a emigração em si como solução à conjuntura crítica. A emigração foi colocada pelos contemporâneos como solução extrema. Isto não quer dizer que não houvesse setores beneficiando-se com a emigração, como as companhias de navegação, os comerciantes de gêneros de primeira necessidade e os fazendeiros que empregariam estes emigrantes; mas todos afirmavam que esta acontecia em última instância, quando já se tinham esgotado todas as outras alternativas de solucionar o problema dentro do território atingido pela seca.

O ministro dos Negócios do Império Antônio Ferreira Vianna afirmava que “recomendara este ministério que, só quando não fosse possível reter o emigrantes por meio do trabalho, se concedessem passagens aos que desejassem transportar-se para outras províncias, observando-se o máximo respeito às preferências por eles manifestadas quanto aos portos de destino”.¹⁹

Se nos guiarmos pelo expressado nas cartas de pedido de passagens, na seca de 1888-1889, a preferência dos solicitantes era o Norte. Não obstante, o relatório citado denunciava a existência de “pessoas mal intencionadas” que projetaram uma imigração para Amazonas e Pará; apesar da propaganda encaminhada em contrário para o Sul, onde os emigrantes, nas palavras do ministro, encontrariam recursos prontos.

Antes de resolver-se pela emigração, deveriam esgotar-se as

possibilidades de reter os trabalhadores no território cearense, determinadas pela expansão das obras públicas, já que “repugnava a idéia de socorros diretos”, como chegou a dizer o presidente da província do Ceará em 1888. No lugar desses, propunha que os retirantes trabalhassem em obras públicas e recebessem os socorros em forma de retribuição por serviço prestado. Mas, como indicava *O Cearense*, na seca de 1877, havia grande dificuldade em arranjar trabalho para a quantidade crescente de refugiados.

Na seca de 1877-79, *O Cearense*, como dissemos, era contrário à emigração para o Norte, levantando algumas matérias de jornais paraenses e amazonenses que denunciavam as péssimas condições em que se encontravam os retirantes nessas províncias. No período seguinte de seca, 1888-1889, o jornal tinha mudado de posição. A emigração para o Sul, segundo o jornal, iria encher as senzalas desertas, abandonadas pelos escravos libertados pela lei de 13 de maio: “A despedida desses exilados que – em soluços e lágrimas – arrancados da terra natal, dos braços dos parentes, dos amigos e dos conterrâneos, vão ser transportados a proa, ou no porão de um navio, como fardos de mercadorias incômodas”.²⁰ Enquanto isso, o relatório do Ministro Antônio Ferreira Vianna falava daquelas pessoas mal intencionadas que teriam conduzido os emigrantes para o Norte, circunstância na qual “sucedeu o que devia suceder: atirados ali as primeiras levas de emigrantes, surgiram os embarços; e os presidentes daqueles províncias coadjuvados pela própria colônia cearense, começaram a telegraphar para o Ceará reclamando contra uma invasão de indigentes...”

Mas eram os próprios flagelados que expressavam o desejo de ir para o Norte. Em 27 de Junho de 1889, José Luiz da Rocha, de 32 anos de idade, solicitava passagens para ele, sua mulher, filhos, irmãos e mãe para o Pará, “onde tem parentes e tem certeza de encontrar meios para escapar da seca”. No dia 30 de Junho de 1889, era Maria Joaquina do Bonfim, viúva e natural de Tauá, com quatro filhos, que pedia passagens para o Pará “em razão de nesta província não poder subsistir pela sua mesma pobreza e, ali ter seus parentes que a chamão com o fim de proverem a sua subsistência.”

As acusações do jornal continuaram. Comparando com a imigração estrangeira, os editores consideravam que estes tinham seus direitos mais respeitados que os migrantes cearenses. Aqueles podiam escolher a província de destino, enquanto estes só conseguiam passagens com facilidade se escolhessem o sul. Responsabilizavam por estes atropelos o Presidente da Província, Caio da Silva Prado.

No dia 13 de Janeiro de 1889, continuava o jornal a condenar a emigração para o Sul e a enumerar as vantagens que oferecia o Norte: a)

uma região rica e despovoadas; b) aí tinham os emigrantes cearenses parentes que poderiam socorrê-los; c) existiam produtos naturais em terras públicas, produtos consumidos nos países estrangeiros; d) o retorno seria mais fácil; e) o clima é semelhante; f) as passagens eram mais baratas; g) os usos e costumes eram similares; h) e, por último, reforçando esses argumentos, lembrava a liberdade de escolha.

Queixava-se o mesmo jornal de que o governo provincial afirmava que a emigração não era um mal, antes um bem “porque se a província fica desfalcada de braços válidos, o Estado não perderá nas rendas; visto como esses mesmos braços vão produzir n’outra parte em benefício da comunhão”.²¹ Mas, para o jornal, o desequilíbrio entre as províncias – já existente – tenderia a acentuar-se. No mesmo sentido, anos depois, um relatório oficial advertia a impossibilidade de emigrarem todos os flagelados, calculados em 300.000. Os motivos: o antagonismo interprovincial, a desorganização da riqueza pública e até a inviabilidade.

As contradições das opiniões sobre a realidade que encontraria o emigrante que escolhesse o Norte, se expressam nestes versos populares:

Cearense vai ao Norte,
Sonhando áureos castelos,
Sai daqui robusto e forte,
Volta magro e amarelo.
Vai de camisa e ceroula
Às vezes rasgado em tiras
E volta de lá, pachola,
De chapéu de sol, cartola
E terno de caxemira.²²

No arquivo do Estado do Ceará, encontramos as cartas já citadas de retirantes solicitando passagens para diferentes lugares do Império. Embora essas não representem o total dos emigrantes saídos nos períodos de secas, e nem sequer o total das cartas dirigidas aos poderes públicos em procura de passagens subvencionadas, podem servir como amostra. De um total de 314 pedidos – que podem incluir umas 1.570 pessoas calculando-se cada núcleo familiar em média de 5 pessoas –, 173 eram para Amazonas; 90 para Pará; 11 para Pernambuco; 8 para Maranhão; 3 para Alagoas; 5 para Rio Grande do Norte; 1 para Bahia; 2 para São Paulo; 8 para Rio de Janeiro e 1 para Espírito Santo. Alguns pedidos eram para destinos internos da província do Ceará: 7 para Camocim; 3 para Aracaty; 2 para Icarahú. Das cartas computadas, 96,49% dos solicitantes pediam passagens para serem destinados a portos do Norte e Nordeste.²³

Via de regra, o requerente dirigia um pedido de passagem que dizia:

Maria Joaquina de Bonfim, viuva e natural da vila de Tauhá, com 4 filhos menores: Cesario de 16 anos, Candida de 14, Raymundo de 4 e José de 3, vem mui respeituosamente requerer a V. Ex^a para que se digne de mandar se conceda passagens para si e sua referida família até o Pará, para onde emigra em rasão de que nesta província não pode subsistir pela sua mesma pobreza, e ali ter seus parentes que a chamão com fim de proverem a sua subsistência. A supplicante viuva desvalida como prova o documento junto, nesta triste condição.

Fortaleza, 28 de Junho de 1889

A rogo de Maria Joaquina do Bonfim, Arcadio L. d’Almeida Fortuna²⁴

O documento anexo era um atestado de pobreza, como este que o vigário João Paulo Barbosa redigiu para sua parouquiana:

Atesto que minha parochiana Maria Angélica Soares como [fruto] da seca e de seu estado de pobreza está no caso de merecer passagem do governo para qualquer porto do Império

No lugar de destino, solicitava-se gratuitamente a ida dos trabalhadores “animados para o trabalho”, já que as passagens eram subsidiadas pelo Império. “Rogamos mais a V. Ex^a que as passagens sejam pagas pelo governo até este porto”, escrevia um grupo de proprietários maranhenses ao Presidente de Maranhão solicitando agricultores cearenses.

Em outubro de 1889, o Governador do Maranhão escrevia ao governador do Ceará pedindo duzentos emigrantes para um grupo de “lavradores” do engenho Central *São Pedro*. Dizia: “E por esta ocasião cabe-me dar sciencia a V. E^a de que os que ultimamente d’ahi vieram acham-se aqui empregados em excellentes condições e por tanto mui animados no trabalho.”

O ofício dos lavradores assim se referia aos trabalhadores solicitados:

Nos abaixo assignados, lavradores do Engenho Central São Pedro vemos a presença de V Ex^a solicitar a aquisição de trabalhadores agricultores do Ceará que pretendam emigrar para este lugar. E como nos consta que o governo tem por causa da seca, facultado a passagem deles do Ceará para outras províncias, pedimos a V Ex^a que interessando-se pelo progresso da terra que administra, empregue os esforços necessários para semelhante aquisição. (...) Preferimos que sejam acompanhados de pequenas famílias, que podem constar de quatro pessoas, pouco mais ou menos, afora o chefe e mesmo de famílias mais crescidas com tanto que a maior parte seja apta para o serviço.²⁵

Na época, alguns argumentavam que a emigração para o Norte permitiria aos retirantes trabalhar autonomamente, enquanto a emigração para o Sul os converteria em trabalhadores dependentes dos fazendeiros cafeicultores, enquanto outros argumentavam que somente o Sul permitiria a emigração organizada, com trabalho efetivo. A petição do presidente do Maranhão, com o embarque de 600 trabalhadores para os trabalhos da estrada de ferro Madeira-Marmaré, demonstra a imprecisão das definições.²⁶

Continuando com as solicitações realizadas a partir dos possíveis lugares de destino dos trabalhadores, devemos pensar nos fazendeiros de São Paulo, no período preocupados com os “substitutos” para o trabalho escravo.

O clima da década, como já dissemos, foi de busca de alternativas ao trabalho escravo. E, na província de São Paulo, seu presidente chamava a atenção para o fato de que “muitas famílias nacionais existem hoje trabalhando em nossas fazendas, sob o mesmo contrato [que os estrangeiros] admitido para as colônias e com proveito tanto para elas como para os fazendeiros”.²⁷ O presidente tinha o exemplo do sucesso da contratação de nacionais em carta de um fazendeiro, Luiz Antonio da Silva Fidalgo, de São José do Parahyba, que os tinha contratado para a cultura do café e do algodão. Tratava-se de uma fazenda com 63 famílias de nacionais trabalhando sob contrato de parceria.

Ao analisar a emigração de cearenses para as fazendas de café paulistas, Denise Moura observa que a carta parece ter sido a forma utilizada pelos agentes de emigração para recrutar e manter contato com aqueles dispostos a emigrar. Assim, ela transcreve carta que um retirante portava no bolso no momento de chegar à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, em 1878. O agente informava, em resposta ao colono chamado Raimundo Pereira da Silva, que tinha estado com um fazendeiro, o qual tinha arranjado ‘agasalho’ para ele. Informava também que as outras famílias, por quem tinha perguntado Raimundo, também poderiam ir a São Paulo “por que ainda que este fazendeiro não os queira aceitar, tenho uma encomenda importante de um fazendeiro de São Carlos do Pinhal, de dez ou doze famílias cearenses e que estou autorizando para isso”.²⁸

É interessante que o agente também informa em carta que, caso o retirante tivesse problemas para conseguir as passagens, recorresse ao Coronel João de M. Pimental que este as conseguiria junto ao presidente da Província. É de supor que, com as passagens, tenha acontecido o mesmo tipo de abusos e especulações que aconteciam com o restante dos Socorros Públicos.

ALGUNS DOS QUE LUCRARAM

Diz Mike Davis que a venda de escravos para o sul e a exportação de retirantes gerou uma obscena prosperidade. Joaquim da Cunha Freire, barão de Ibiapaba, lucrou com a exportação de navios de cargas humanas de Fortaleza e Mossoró. Também a empresa Singlehurst Brocklehurst and Company, empório britânico em Fortaleza, que fornecia mantimentos para o governo e transportava retirantes para o Norte, na linha de vapores de navegação costeira, lucrou com a indústria da seca.

Alguns setores beneficiaram-se com a seca de 1877 em sentido mais amplo, não só no tráfico dos homens, a exemplo das Casas comerciais estrangeiras, como a Boris Frères, que comercializou gêneros alimentícios de primeira necessidade. Muitos comércios, na mesma conjuntura, entraram em crise e finalmente faliram. A corrente de pagamentos foi interrompida. Seus clientes não tinham como fazer frente às dívidas em meio à seca. Eram comerciantes de menor envergadura que a Casa Boris, e, inclusive, devedores desta. A casa Boris Frères conseguiu um sucedâneo para os antigos clientes, agora inadimplentes e falidos: o governo. Diz Denise Mattos Monteiro que os dois principais concorrentes que teve que enfrentar foi a casa Lèvy Frère de Aracati e o próprio governo imperial, que enviava produtos alimentícios. Neste contexto, um dos membros da família e da firma Boris comentou, em carta de 1878, que o “mercado [teria] de efetuar, uma vez que o governo suspendeu suas remessas de víveres, grandes vendas destes”.²⁹ Especulava-se com o desprovisionamento do Estado, a carestia e a fome.

As empresas de navegação a vapor também lucravam no contexto da seca. A partir de 1870, a província do Ceará contava com duas companhias estrangeiras de navegação a vapor.

Em 1837, a Companhia Brasileira de paquetes a vapor obteve o direito de explorar por dez anos a ligação marítima entre a Corte e as cidades do Norte até o Pará. Almir Chaiban El-Kareh observa como a linha expandiu-se paralelamente às revoltas da Regência, incorporando os portos das províncias sublevadas. Assim, o governo central tentava fazer valer sua autoridade reduzindo as distâncias, integrando o imenso território. O atrelamento ao Estado, incluindo as subvenções elevadas, refletiu-se no desinteresse da empresa por modernizar o serviço, recebendo críticas de alguns senadores, como Hollanda Cavalcanti. A década de 1870 significou, para a Companhia Brasileira, uma degradação de sua relação com o governo. Sofrera a concorrência de outras empresas, como a norte-americana Unites States and Brazil Mail Steam Ship Co.³⁰

Mas o novo período, supostamente de livre concorrência entre as empresas de navegação a vapor, não deixou de estar marcado pela ligação

destas com o Estado, um de seus principais clientes. As passagens subsidiadas e o transporte de mercadorias eram matéria de disputa entre as empresas de navegação.

O relatório do ministério de Negócios do Império de 1878 contabiliza como despesa realizada com o transporte dos retirantes: Estradas de Ferro Dom Pedro e da Leopoldina 569\$740; Companhias de Navegação Espírito Santo e Campos 1:238\$400; Companhia Nacional de Navegação a Vapor 1:567\$290; Companhia de Navegação Paulista 5:508\$090; Companhia Brasileira de Navegação 475:498\$455; Transportes de Guerra Wernek, Madeira e Purús 11:561\$400 e ainda faltava liquidar para este relatório 62:000\$000, gastos no transporte de retirantes, no transporte de guerra.³¹

No ano seguinte: indenização ao Ministério da Marinha pelo transporte de retirantes para a Província de Amazonas: 3:629\$434; indenização na Estrada de Ferro Dom Pedro: 103\$950; Brasileira de Navegação a vapor: 57:659\$495; Espírito Santo e Campos: 1:607\$400; Navegação Paulista 70\$000; Paquetes Brasileiros da Linha do Sul 108\$000; Real de Paquetes de Southampton: 128\$000; despesas feitas pelo comandante no transporte Purús nas comissões conduzindo retirantes: 23:578\$000.³²

Apesar da perda de “moral” que sofrera a Companhia Brasileira, na década de 1870, ainda a vemos representando a maior quantia nas despesas do transporte de retirantes e mercadorias durante a seca de 1877-1879.

Na seca de 1888-1889, estas e outras empresas de navegação continuam especulando e barganhando, sempre tirando alguma vantagem do Estado. Envia para o presidente da província suas propostas de tarifas: a Companhia United States Brazil Mail & Cia. em ofício de 9 de janeiro de 1889, propõe, de Fortaleza para Rio de Janeiro, 27\$000; para Santos, 36\$000; para o Pará, 16\$000 e para o Maranhão, 10\$000 (todos saindo de Fortaleza). As passagens das crianças até um ano de idade eram gratuitas. A despesa de embarque até a bordo e a da condução a bordo para terra seriam pagas pelo governo.

As empresas de navegação funcionavam como um “cartel” na hora das negociações. Se observarmos os preços ofertados ao governo da província, veremos que havia quase total coincidência sobre os preços e as condições colocados no transporte de passageiros. Assim, além de um mesmo valor pedido por passageiro transportado, também aparecera a quantidade mínima para manter esse valor, 700 passageiros. Outras vezes, as empresas de navegação aparecem ofertando algum outro serviço ao presidente da província.

O *Cearense*, em 13 de Janeiro de 1889, tocava em questão cara às oligarquias nordestinas: o desequilíbrio nas políticas e verbas imperiais nos esforços para atrair imigrantes. Neste número, os editores, questionando a

emigração de retirantes para o Sul, perguntavam-se por que tirar do Norte “aquelles que só a elle devem pertencer?” e por que enviar trabalhadores para o Sul quando o Norte estava deserto e o Sul recebia diariamente estrangeiros. A resposta tecida pelo jornal era que a imigração para o Sul vinha a atender os interesses das Companhias de navegação Americana, Pernambucana e Brasileira. Evidentemente as passagens para o Sul eram mais caras que para o Norte; essas companhias, de qualquer forma, sempre que houvesse emigração e transporte de socorros, se beneficiariam.

Os passageiros eram transportados em péssimas condições e a alimentação também era muito ruim, ao ponto de, muitas vezes, se estragarem, sobretudo no embarque e desembarque. Antônio dos Santos Braga Jr., membro da comissão distribuidora de socorros, escreveu o seguinte informe em 14 de dezembro de 1877:

É de meu dever levar ao conhecimento de V. E^a, que os gêneros alimentícios, que como socorros foram hontem distribuídos aos indigentes, grande parte d'elles eram imprestáveis. A carne pouca differença fazia de couro seco, e alem d'isso estava podre a ponto de não poder-se suporttar o fedido. A farinha, além de ser de má qualidade, não se podia tragar pelo gosto máo e repugnante cheiro, isto porque havia sido molhada, por água salgada na hora do desembarque (...) devo dizer que tais gêneros foram a poucos dias comprados ao commercio d'esta capital, talvez por alto preço, pelo encarregado de compras empregado ao Thesouro da Fazenda.³³

Outro ofício, datado de 28 de Fevereiro de 1878, também alertava para a impossibilidade de continuar a pagar-se aos emigrantes-trabalhadores no Passeio Público de Fortaleza, com rações de comida, porque os mesmos as atiravam sobre os comissários dizendo que estavam imprestáveis. O mesmo fiscal propunha que os socorros fossem dados em dinheiro, comunicando também que eles, os fiscais, estariam dispostos a abandonar suas tarefas, dizendo que: “já que não podemos continuar a fiscalizar, sem expormo-nos a ser vítimas de uma plebe desenfreada.”

A indústria da seca, com suas múltiplas engrenagens, estava em marcha.

NOTAS

Agradeço os comentários de Edilene Toledo. Continuo, naturalmente, a única responsável pelas incorreções que acaso subsistam.

¹ O termo “substituição” é utilizado não no sentido que uma parte da historiografia tem-lhe

- dado: de desaparecimento do escravo como trabalhador e de ocupação desse lugar pelo imigrante; mas no sentido das pretensões da classe proprietária que participou do debate. Sobre a inadequação dos conceitos *substituição* e *transição* ver: LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e História do trabalho do Brasil*. *Projeto História*, n. 16, fev. 1998, p. 25-38.
- ² EISENBERG, Peter. Escravo e proletário na História do Brasil. In: *Homens Esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989, p. 187-212.
- ³ As vezes estes *agregados* e *moradores* eram tais por vontade dos grandes proprietários locais. Antônio Barroso Pereira, Barão de Entre Rios, fazendeiro no Rio de Janeiro, iniciou um processo para expulsar Antônio Pascoal e sua mulher, considerados agregados. O suposto agregado estava disposto a fazer valer seus direitos, pois ele considerava-se possuidor e ao ser intimado pela justiça referiu-se à Lei de Terras com o intuito de ser amparado por esta, no que refere à legitimidade que outorgava a posse. Ver: MOTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício Leitura/Arquivo Público do Estado de Rio de Janeiro, 1998.
- ⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p. 121.
- ⁵ MOURA Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livre no declínio do escravismo*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1998, p. 167-182.
- ⁶ NEVES, Frederico Castro. *A Multidão e a História. Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- ⁷ APEC, Inspetoria Geral de Emigração. Relação de emigrantes Norte – Sul, 1888-1889.
- ⁸ SECRETO, María Verónica. Coagir para disciplinar. história comparada da formação do mercado de trabalho livre na Argentina e no Brasil. *Trajetos*, n. 2, 2002.
- ⁹ MELO, Evaldo Cabral de. *O Nordeste Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, INL, 1984, p. 32-56.
- ¹⁰ Esta denominação tem sido questionada ultimamente pela historiografia, já que a mesma restringe a Lei 2040 de 1871 a um de seus aspectos. A origem desta denominação remonta à mesma década de 1870. O jornal *O Cearense* de 29 de Janeiro de 1874 dizia: “A Lei de ventre Livre, assim conhecida por que por enquanto não tem conseguido senão um único fim...”
- ¹¹ EISENBERG, Peter. A questão da mão-de-obra nos Congressos Agrícolas. In: *Homens Esquecidos...* Op. Cit., p. 167-185.
- ¹² EISENBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878”, In: *Homens Esquecidos...* Op. Cit., p. 131-166. No mesmo ano, em seu relatório anual, o presidente da província de São Paulo o expressava nas seguintes palavras: “A lavoura precisa de braços, e o meio de obtê-los será uma conveniente lei de locação de serviços para nacionais e a colonização.” *Relatório com que o Exm. Senhor Doutor Sebastião José Pereira passou a administração da província ao 3º vice-presidente suplente Monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade*, São Paulo, Typ. do Diário, 1878, p.32. Ver: STOLCKE, Verena e HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, 6 (1983), p.104.
- ¹³ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província, o Excellentíssimo Senhor Doutor Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de Fevereiro de 1871*, São Paulo: Typ. Americana, 1871, p.40

- ¹⁴ Outro dos capítulos conhecidos é o recrutamento militar. Em 1852, na Guerra de Rosas, Brasil tinha 20.000 homens na região do Prata, dos quais somente um oficial e dezoito soldados eram mineiros. Na guerra do Paraguai, o Ceará enviara 5.648 soldados, enquanto Minas Gerais, com o triplo de população, apenas 1.070. Cf. MELO, Evaldo Cabral de. *Op. Cit.* p. 25.
- ¹⁵ DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 28.
- ¹⁶ *O Cearense*, 10 de Janeiro de 1889.
- ¹⁷ FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. In: *Interpretes do Brasil*, vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002, p. 181.
- ¹⁸ FLANDRIN, Jean Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 716. A ração de carne que recebiam os trabalhadores-retirantes durante a seca de 1877-79 era de ½ quilo diário, completava a ração 1 ½ quilo de farinha e ½ quilo de arroz. Esta ração pressupunha a reprodução familiar.
- ¹⁹ VIANNA, Antonio Ferreira. *Relatório do Ministério de Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1889, p. 92.
- ²⁰ *O Cearense*, 22 de Dezembro de 1888.
- ²¹ *O Cearense*, 15 de Janeiro de 1889.
- ²² NOBRE, Freitas. *João Cordeiro: abolicionista e republicano*. São Paulo: Letras Editora, 1943.
- ²³ APEC, Inspetoria Geral de Emigração. Relação de emigrantes Norte-Sul, 1888-1889.
- ²⁴ APEC, Governo da Província do Ceará. *Ofícios Emigração*, 1889.
- ²⁵ APEC, Governo da Província do Ceará. *Ofícios Emigração*, 1889.
- ²⁶ Consta entre os documentos da Capitania do Porto do Ceará, uma lista de 600 cearenses embarcados no transporte de guerra Paris com destino a Amazonas, contratados por José Paulino Honbolt para os trabalhos da Estrada de Ferro Madeira-Marmore. APEC. Inspetoria Geral de Emigração. Relação de emigrantes Norte-Sul, 1888-1889.
- ²⁷ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província, o Excellentíssimo Senhor Doutor Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871*. São Paulo Typ. Americana, 1871, pág.40
- ²⁸ Apud. MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Op. Cit.*, p. 169.
- ²⁹ MONTEIRO, Denise Mattos Monteiro. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do Século XIX: a atuação da Casa Boris Frère no Ceará. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*, São Paulo: Hucitec, 2002, p. 228-229.
- ³⁰ EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico. *História Econômica & História de Empresas*, V.2 (2002), pp. 7-27.
- ³¹ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878, p. 118.
- ³² Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879, p. 42.
- ³³ APEC, Fundo Governo da Província do Ceará; Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Correspondências expedidas, 1877, Fortaleza.